

CAPITAL INTELECTUAL E ATIVOS INTANGÍVEIS: UM ESTUDO DA PERSPECTIVA CONTÁBIL FINANCEIRA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Resumo

O Capital Intelectual (CI)/Ativos Intangíveis (AIs) tem sido apresentado às empresas como a nova fonte do conhecimento que necessita ser investigado, identificado, mensurado e evidenciado. Contudo, sua natureza multidisciplinar requer estudos mais acurados, objetivando apresentar tendências e panoramas dos estudos realizados sobre o tema. Assim, este trabalho tem por objetivo apresentar um mapeamento da pesquisa na área de CI/AIs no contexto brasileiro, no período de 1994 a 2007. A amostra da pesquisa consiste de 45 artigos científicos relacionados ao CI/AIs, publicados em periódicos nacionais A, B e C e em eventos nacionais A, das áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo bibliométrico e um mapeamento, sendo qualitativa e utilizando dados secundários e técnica de análise de conteúdo. Principais resultados: no estudo bibliométrico, 49% dos trabalhos são exploratórios; 69% são estudos práticos; e os setores da economia de telecomunicações e tecnologia são os destaques nos estudos. No mapeamento, o foco das pesquisas é voltado ao desempenho econômico-financeiro, ao reconhecimento e contabilização. A categoria que recebeu mais destaque foi a do *goodwill*, e os trabalhos convergem para o atendimento dos usuários externos. Conclui-se que vários trabalhos são realizados na área do CI/AIs, vinculados a vertente financeira; entretanto observa-se um desalinhamento desses trabalhos no que tange as definições constitutivas encontradas nesta pesquisa com os conceitos apresentados no referencial teórico, informados por documentos oficiais da área contábil.

Palavras-chave: Capital Intelectual. Ativos Intangíveis. Vertente Contábil Financeira. Contexto Brasileiro. Produção Científica.

1 INTRODUÇÃO

Tem-se tornado cada vez mais aparente que o início do século vinte e um foi um período crucial para o desenvolvimento da gestão de negócios. O mundo dos negócios entrou em uma era de incertezas. As incertezas resultantes surgiram, em parte, pela diferença, cada vez mais acentuada, entre o valor patrimonial fornecido pela Contabilidade e aquele negociado entre comprador/vendedor de um patrimônio (SCHIMDT, SANTOS, FERNANDES, MACHADO, 2007) e em parte, pela dificuldade de identificação dos elementos que estavam influenciando o valor da organização atribuído/reconhecido pelo mercado. Face a esta situação pesquisadores, profissionais e órgãos reguladores da área contábil passaram a direcionar esforços no sentido de estabelecer parâmetros para identificação, mensuração e evidenciação destes recursos: os ativos intangíveis. Neste contexto as normas internacionais de Contabilidade passam a ser um “porto” seguro. Países como a Alemanha, Austrália, França, Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido já adotam essas normas. Percebe-se que o Brasil está procurando alinhar-se a essas normas reduzindo, assim, a distância entre o padrão contábil brasileiro e o internacional. A busca pelo estreitamento desta distância é verificada na publicação no Diário Oficial da Lei nº 11.638/2007 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976; na postura da Comissão de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estabeleceu em sua agenda de trabalho que, até 2010, as normas Brasileiras de Contabilidade estejam adequadas

às normas internacionais; e, no comunicado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (BACEN) que estabelece, provisoriamente, o ano de 2010 para o processo de convergência com as normas contábeis do IASB.

Observe-se que este tema por apresentar um caráter multidisciplinar (não só de interesse da área contábil) e devido ao alto nível de interesse dos pesquisadores com relação a esse tópico, não existe consenso em relação a terminologia utilizada e encontrada na literatura. Os termos usados incluem: intangíveis, ativos intangíveis, capital intangível, recursos intangíveis, capital intelectual, goodwill, propriedade intelectual gestão do conhecimento, competências centrais, ativos estratégicos, capacidades centrais, memória organizacional (PEREZ, FAMÁ, 2006; ANTUNES, MARTINS, 2007; ENSSLIN, CARVALHO, 2007). Sá (2008, p. 54) afirma que “[f]alta uniformidade no trato de tal matéria, tanto de nomenclatura, quanto de metodologia, havendo, inclusive, rigores de ordem matemática”.

Face a esse caráter multidisciplinar, verificam-se, na literatura, estudos desenvolvidos sob diversas vertentes: aquela que (i) aborda o conhecimento organizacional visando otimizá-lo por meio da gestão de pessoas; (ii) aborda o resultado do aprendizado e do conhecimento organizacional; (iii) aborda os recursos intangíveis sob o viés da tecnologia da informação e, (iii) aborda os recursos intangíveis focalizando sua identificação e mensuração, sob enfoque da Contabilidade Financeira, bem como o desenvolvimento de modelos de gestão, sob o aspecto da Contabilidade Gerencial (ENSSLIN, CARVALHO, 2007).

Reconhecendo-se a relevância deste tema emergente nos contextos práticos/organizacionais e na academia, os autores da presente pesquisa observaram uma escassez de trabalhos devotados a investigação e formalização das características das pesquisas sobre CI/AIs e de como essas pesquisas têm evoluído. No contexto da Contabilidade, verifica-se, que os trabalhos têm sido informados pelas vertentes Financeira e Gerencial. O presente estudo se afilia à vertente Financeira. Assim, esta pesquisa busca investigar: Quais são os principais aspectos metodológicos dos trabalhos sobre Capital Intelectual? Para quais usuários essas pesquisas se destinam? Quais as definições empregadas em relação ao CI? Quais setores da economia são o foco dos estudos? Quais as principais tendências na área de CI? Para responder a esses questionamentos, o estudo tem como objetivo: apresentar um panorama da pesquisa na área de CI/AIs no contexto brasileiro, no período de 1994 a 2007 em periódicos nacionais A, B e C, e em eventos nacionais A, conforme classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob a vertente da Contabilidade Financeira.

Para atender o objetivo da pesquisa, será realizado um estudo bibliométrico e um mapeamento das publicações. Observa-se que Gallon *et al.* (2008b) desenvolveram um estudo, no qual apresentaram um estudo reflexivo da produção científica em CI, por meio da bibliometria e do mapeamento das publicações reunidas em periódicos nacionais A e nos anais do EnANPAD e do Congresso USP. Outro estudo similar foi desenvolvido por Gallon *et al.* (2008a) com uma amostra de 54 trabalhos, porém com foco na perspectiva econômica e contábil, envolvendo 12 periódicos nacionais A, 8 periódicos nacionais B e 3 periódicos nacionais C. Diante do exposto, esta pesquisa se difere das demais por investigar um período mais abrangente, de 1994 a 2007, bem como por adotar uma amostra mais robusta. Embora Leal, Oliveira e Soluri (2003) afirmam que traçar o perfil de determinada área por meio da bibliometria não seja uma pesquisa inovadora, este estudo se destaca pela abrangência de tempo e pelo foco da amostra, direcionada à área Financeira, envolvendo renomados veículos de divulgação do conhecimento, como eventos e periódicos científicos. Sendo assim, este estudo se justifica por apresentar uma sistematização

da produção científica sobre CI/AIs a partir de 1994, relacionado à vertente contábil financeira e suas principais características, bem como ofertar à comunidade científica e aos demais usuários uma fonte para novas pesquisas. Observe-se que a opção pela utilização simultânea das terminologias CI e AIs é devido a estes serem os termos recorrentes nos estudos investigados.

Esta pesquisa está estruturada em cinco seções. Após esta, de caráter introdutório, a seção 2 apresenta o referencial teórico; a seção 3, a metodologia da pesquisa; a seção 4 traz a análise dos resultados; a seção 5 com as conclusões; e, por fim, apresentam-se as referências.

2 CAPITAL INTELECTUAL E ATIVOS INTANGÍVEIS

Face a abrangência dos itens investigados no mapeamento da presente pesquisa, os autores do presente artigo optaram por apresentar, sucintamente, o referencial teórico delimitado a definição dos intangíveis, com vistas a subsidiar a argumentação dos autores quanto aos achados dessa investigação.

Na literatura sobre os ativos intangíveis verifica-se que vários pesquisadores reconhecidos dissertam sobre o tema, manifestando sobre a ausência de um conceito único. Dentre as várias definições tem-se: (i) a de Iudícibus e Marion (1999, p. 137) que manifesta que os intangíveis “são bens que não podem ser tocados, porque não tem corpo”; (ii) a de Sá (2000, p. 39) que afirma que “o patrimônio imaterial das empresas é um resultado do aumento de funções do próprio capital material e dos agentes que sobre o mesmo atuam para dinamizá-lo e aumentar-lhe a capacidade de utilidade ou eficácia”; (iii) a de Schmidt e Santos (2002), que afirmam que são recursos incorpóreos que a empresa controla e que estes são capazes de produzir benefícios no futuro; (iv) a de Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.228), onde “[o]s intangíveis são um ativo como outro qualquer. São agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma dada entidade detém o controle e exclusividade na sua exploração”; (v) o inciso VI, do art. 179 da Lei 11.638/07, onde os intangíveis são “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”; (vi) o Pronunciamento Técnico CPC-04, que menciona ser “um ativo não monetário identificável sem substância física, ou então, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)”; (vii) a do Hoog (2008, p. 40) que afirma que os intangíveis “são bens móveis e sem substância física, e vida econômica com duração, frequentemente subjetiva, tendo variações de valores em decorrência dos direitos que a posse assegura, com as conseqüentes vantagens competitivas e lucros, podendo ser adquiridos ou desenvolvidos internamente”; dentre outras. Para este estudo é utilizado como afiliação teórica o conceito de AI como sendo: recursos não palpáveis, com capacidade de benefício futuro para a empresa, resultantes de sua capacidade de utilização e eficácia.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa dos dados. O estudo é de natureza exploratório-descritiva, uma vez que investiga em profundidade e descreve as características concernentes à produção científica sobre CI/AIs.

O estudo é feito por meio da bibliometria (VANTI, 2002), e da análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Os dados desta pesquisa são de natureza secundária por investigar trabalhos já tornados públicos. Serão analisados artigos científicos publicados em periódicos nacionais e em eventos científicos das áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, classificados como A, B e C pela CAPES e nos anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de

Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD) e do Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ). Justifica-se a escolha desses eventos por normalmente publicarem trabalhos relacionados sobre CI/AIs.

A pesquisa abrangeu os artigos sobre CI/AIs publicados no período de 1994 a 2007. Observa-se, entretanto, que o Congresso USP iniciou em 2001, sendo consideradas as publicações dos anos de 2001 a 2007. Além disso, foram analisados os artigos do Congresso da ANPCONT e do EnEPQ referentes a 2007, em virtude de ser esse o primeiro ano desses eventos. Ressalta-se ainda que a análise do EnANPAD envolveu os artigos de 1997 a 2007, devido à inacessibilidade das publicações anteriores a esse período. Igualmente, a coleta dos artigos de periódicos teve como base o início da sua publicação. Foram identificados 130 artigos sobre CI nos materiais selecionados no período de análise, sendo 50 de periódicos e 80 de eventos, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de artigos por fóruns analisados

QUALIS/CAPES Triênio 2004-2006	PERIÓDICOS NACIONAIS	Total
NA	BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	3
	RAC - Revista de Administração Contemporânea	4
	RAE Eletrônica	2
	RAE - Revista de Administração de Empresas	2
	RAP - Revista Brasileira de Administração Pública	3
	RAUSP - Revista de Administração	3
	REAd - Revista Eletrônica de Administração	6
	RC&F - Revista Contabilidade & Finanças	6
	BBR - Brazilian Business Review	1
NB	ALCANCE (UNIVALI)	1
	REGE - Revista de Gestão USP (Caderno de Pesquisa em Administração)	2
	GESTÃO Org. - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	1
	Revista Brasileira de Gestão de Negócios (São Paulo)	2
	Revista de Administração e Inovação	2
NC	Revista de Negócios	3
	Pensar Contábil	6
	Revista de Administração da FEAD - Minas	1
	Revista Contemporânea de Contabilidade	2
QUALIS/CAPES Triênio 2004-2006	EVENTOS NACIONAIS	Total
NA	Congresso da ANPCONT	4
	Congresso USP	22
	EnANPAD	53
	EnEPQ	1
TOTAL DE ARTIGOS ANALISADOS		130

Observa-se que também foram investigados outros 13 periódicos, classificados em nacionais A (Comportamento Organizacional e Gestão; ENSAIO - Avaliação e Políticas Públicas em Educação; O&S - Organizações & Sociedade; RAM - Revista de Administração Mackenzie); nacionais B (Conexão; Contabilidade Vista e Revista; Faces da FUMEC; Revista de Ciências da

Administração da UFSC; Revista Universo Contábil); e nacionais C (Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão; E & G - Economia e Gestão; Revista ANGRAD; UnB Contábil). No entanto, esses periódicos não possuíam artigos relacionados à temática de CI/AIs.

Foi utilizada como critério de seleção dos artigos a ocorrência de palavras-chave no título, no resumo e nas palavras-chave do artigo. Sendo estas: capital intelectual, ativo intelectual, intangível, ativo intangível, *goodwill*, recursos humanos, recursos organizacionais, recursos do conhecimento, capital organizacional e propriedade intelectual. Como o foco desta pesquisa é analisar a vertente financeira o critério de classificação nessa vertente contábil foi identificar trabalhos relacionados à: investigação epistemológica do *goodwill* ou dos ativos intangíveis; evolução histórica do *goodwill* ou dos ativos intangíveis; investigação das formas de registro, contabilização, evidenciação do *goodwill* ou dos ativos intangíveis; e investigação do reconhecimento do *goodwill* ou dos ativos intangíveis. Na seqüência, buscou-se reclassificar os artigos da vertente contábil financeira em duas perspectivas definidas por Marr (2005): perspectiva contábil e perspectiva de evidenciação.

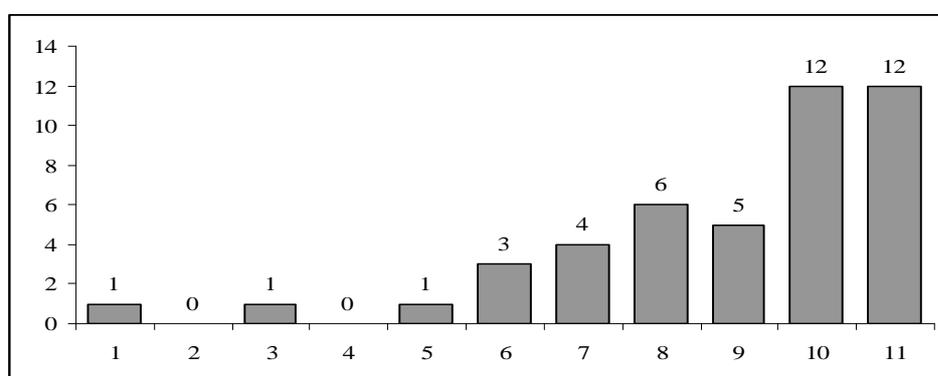
Segundo Lev, Canibano e Marr (MARR, 2005), a perspectiva contábil aborda como o CI/AIs é tratado na Contabilidade, apresentando as práticas atuais e as mais recentes regulamentações contábeis para os intangíveis. Relacionado à perspectiva de evidenciação, Mourtsen, Bukh, e Marr (MARR, 2005) discutem como as organizações podem, voluntariamente, declarar o CI, tanto internamente como externamente, e as diretrizes para os relatórios de CI.

O estudo divide-se em dois momentos. Num primeiro momento, buscou-se conhecer alguns dados demográficos das pesquisas sobre CI/AIs. Para isso, foi realizado um estudo bibliométrico que investigou: (a) natureza do objetivo; (b) natureza do estudo (teórico ou prático); (c) abordagem metodológica (qualitativa, quantitativa ou qualitativo-quantitativa); (d) fonte de coleta de dados (primários, secundários ou ambos); (e) esfera, setor e nacionalidade das empresas pesquisadas; (f) número de autores por artigo; (g) autores mais prolíficos na área de CI; e (h) obras mais citadas. Com relação à natureza do estudo, os estudos teóricos foram divididos segundo a classificação de Alavi e Carlson (1992), que os classifica em três categorias: conceituais, ilustrativos e conceituais aplicados. Os estudos práticos foram divididos em: estudos de caso, pesquisas *survey* e estudos experimentais, segundo a categorização de Meirelles e Hoppen (2005) e Tripold, Fellin e Meyer (1981). Foi realizado levantamento das fontes de referência utilizadas nas publicações sobre CI/AIs. Isso foi feito a partir da identificação dos periódicos e eventos, nacionais e internacionais, teses e dissertações e dos livros mais referenciados. Em cada um dos 45 artigos analisados, foram verificadas as referências da área de CI utilizadas para a sua elaboração; após a identificação de 400 referências, estas foram categorizadas em livros, artigos de periódicos, artigos de eventos, teses e dissertações ou outros; e as fontes de referência mais utilizadas (eventos e periódicos) foram classificadas de acordo com o Qualis/CAPES, triênio 2004-2006; quanto às teses e dissertações, foram identificadas as IES as quais foram apresentadas. Num segundo momento, foi feito um mapeamento nos 45 artigos para identificar por meio da análise de conteúdo: (a) definições constitutivas sobre CI; (b) foco da pesquisa; (c) tendências predominantes; (d) principais modelos/autores e pronunciamentos norteadores; (e) categorias empregadas; (f) tipo de usuários para quem o CI é destinado (internos, externos ou ambos); (g) objetivo dos artigos; (h) resultados das pesquisas empíricas; (i) resultados dos modelos de mensuração propostos; (j) limitações da pesquisa; e (k) recomendações sugeridas nos estudos.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram identificados 45 artigos pertencentes à vertente contábil financeira, sendo 36 deles relacionados à perspectiva contábil e 9 à perspectiva de evidenciação. O Gráfico 1 aponta para uma tendência de crescimento em pesquisas publicadas na área de CI sob a perspectiva contábil financeira, ou seja, em 1997 (1) foi identificada apenas uma publicação; já em 2007 (11), esse número evoluiu para 12. Observa-se ainda que a partir de 2001 (5) esse número de publicações começa a receber maior ênfase. Isso pode demonstrar que estudos na vertente contábil financeira são relativamente novos, o que explica a fase de amadurecimento nessa área.

Gráfico 1 – Evolução da produção científica em CI na vertente financeira



4.1 Estudo Bibliométrico

a) Natureza do Objetivo

Quanto à natureza do objetivo dos trabalhos analisados, 49,0% dos artigos classificam-se como *exploratórios*; 40,0% são descritivos; e apenas 11,0% envolvem ambos, o que evidencia o interesse dos pesquisadores em aprofundar o conhecimento em relação ao CI. Comparando as informações apresentadas, pode-se observar que há certo equilíbrio na natureza do objetivo (*exploratória* e *descritiva*) dos estudos da área de Contabilidade Financeira.

b) Natureza do Estudo

De modo geral, os estudos nacionais são predominantemente *práticos* (Tabela 2), sendo que prevalecem as pesquisas *survey*. Ressalta-se que não foram encontrados estudos do tipo *experimental* e, dentre os trabalhos teóricos, há predominância do tipo *ilustrativo*. Esse panorama revela que o foco dos estudos está sendo voltado ao tratamento teórico-prático pela Contabilidade, porém mais prático que teórico.

Tabela 2: Classificação das pesquisas conforme a natureza do estudo

CLASSIFICAÇÃO	CONTABILIDADE FINANCEIRA	%
Estudos Teóricos	14	31,0
Conceitual	3	6,0
Ilustrativo	7	16,0
Conceitual aplicado	4	9,0
Estudos Práticos	31	69,0
Estudo de caso	6	13,0
<i>Survey</i>	25	56,0

Experimental	0	0,0
TOTAL	45	100,0

c) Abordagem Metodológica

A abordagem metodológica utilizada nos trabalhos revelou que 60,0% dos estudos são de natureza qualitativa; 11,0%, quantitativa; e 29,0% envolvendo as duas abordagens. A predominância de estudos qualitativos pode indicar a necessidade de estudos utilizando-se de análises estatísticas mais profundas, como, por exemplo, a de correlação entre variáveis. Nesse sentido, evidenciando a carência de proposição de modelos destinados à identificação, mensuração e reconhecimento de CI/AIs.

d) Fonte de Coleta de Dados

Nos estudos, predomina o emprego de fontes *secundárias* (82,0%), utilizando-se principalmente demonstrações e outros relatórios contábeis para a investigação. E quando se faz uso de dados *primários*, são utilizados especialmente questionários e entrevistas. Esse fato reforça a dificuldade dos pesquisadores em obter dados com as empresas. Dessa forma, acabam preferindo trabalhar com dados já publicados, porém isso pode ser considerado um fator limitante ao avanço das pesquisas em determinados setores da economia.

e) Esfera, Nacionalidade e Setor das empresas pesquisadas

A Tabela 3 identifica a classificação dos artigos práticos quanto à esfera e à nacionalidade da empresa em que a pesquisa empírica foi realizada. No que tange à esfera, observa-se que aproximadamente 61% dos artigos práticos utilizaram empresas *público-privadas*, o que se justifica, pois os estudos dessa vertente utilizam as empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Por outro lado, apenas 4 estudos investigaram exclusivamente empresas da área *pública*, o que mostra que a preocupação com o CI/AIs também tem atingido o setor público.

Tabela 3: Classificação dos estudos quanto à esfera e à nacionalidade das empresas

CONTABILIDADE	ESFERA				NACIONALIDADE		
	Pública	Privada	Público-Privada	3º Setor	Brasileira	Intern.	Ambas
FINANCEIRA	4	8	19	0	21	7	3
%	13,0	26,0	61,0	0,0	68,0	23,0	9,0

Quanto à nacionalidade, a *brasileira* representa mais de 68,0% das empresas pesquisadas. Observa-se que 23% dos estudos envolveram na análise somente empresas de outros países, como Espanha, Estados Unidos, México e Portugal. Em relação aos setores investigados pelos trabalhos, a ênfase é para setores diversos, que englobam indústria, comércio e serviço. Entre os setores de aplicação dos estudos, destacam-se as áreas de tecnologia, telecomunicação, entidades esportivas e órgãos reguladores. Uma inferência a ser feita em relação a prevalecer setores diversos é em função de os estudos utilizarem como amostra empresas de bolsas de valores. Essa preferência está relacionada principalmente à dificuldade de acesso aos dados das empresas de outros setores.

f) Número de Autores por Artigo

Quanto ao número de autores por publicações, bem como o total de publicações utilizadas, observa-se que a maior parte dos artigos foram elaborados por até três autores, representando 39 publicações (86%). Cabe salientar que os artigos com mais de cinco autores

foram publicados no EnANPAD. Nesse sentido, destaca-se a limitada quantidade de pesquisadores envolvidos na construção de cada trabalho. Diante disso, não é possível dizer se é positivo ou negativo já que pode revelar os escassos recursos investidos em pesquisa ou a preferência dos pesquisadores em trabalhar em menor grupo.

g) Autores mais Prolíficos na área de CI

No *ranking* dos autores mais prolíficos na área de CI e também a IES à qual estão vinculados, o destaque vai para a professora Maria Thereza Pompa Antunes com 4 publicações. Observa-se ainda que, em 3º lugar, estão os autores com 2 publicações cada, sendo identificado 17 autores, e por fim 50 autores com apenas 1 publicação cada. Percebeu-se também, que o tema CI é discutido em sua maioria por autores de São Paulo e Rio Grande do Sul (RS). Além disso, vale ressaltar que a maioria dos autores pertence ao Departamento de Contabilidade e/ou Administração, o que pode ser positivo do ponto de vista do desenvolvimento de escolas dominantes ou eixos do pensamento em CI, como negativo partindo do isolamento das áreas do conhecimento.

h) Obras mais Citadas

Quanto às obras mais citadas, o contexto nacional enfatiza a obra do professor Eliseu Martins, mencionada com a frequência de 14 vezes. Esse fato demonstra a importância que este estudo trouxe para o tema, uma vez que, mesmo sendo realizado em 1972, 36 anos depois do referido estudo, persistem ainda dificuldades quanto ao tratamento na mensuração e evidencição de CI/AIs. No contexto internacional, enfatiza-se que obra “A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios do conhecimento” de Sveiby (1998) é apontada 13 vezes, seguida de outros autores como: Stewart (1998), Edvinsson e Malone (1998) e Lev (2001) sendo mencionadas suas obras por 12 vezes. Embora, os autores citados trabalhem em focos diferentes, como Sveiby (capital humano) e Edvinsson e Malone (área financeira), esse fato revela a linha tênue entre a vertente financeira e gerencial quando o assunto é CI, o que também traz confusão no momento de definir a linha de estudo dos trabalhos.

Quanto às fontes de referências utilizadas nos artigos analisados, o destaque é para livros e periódicos com 65,0% das fontes utilizadas. Ressalta-se que na categoria “outros” (17,0%), enquadram-se os pronunciamentos de órgãos reguladores como FASB, IASB, CVM e IBRACON; e informativos técnicos como IOB.

Dentre os periódicos mais citados, a principal fonte de referência é o *Journal of Intellectual Capital* com participação de 20,8%, considerado na classificação QUALIS/CAPES como internacional C. Essa informação justifica-se porque ele é considerado o principal periódico da área do CI. Depois aparece a Revista Brasileira de Contabilidade com 10,8 %. E dentre os eventos mais citados destaca-se o Congresso EnANPAD. Isso pode ser justificado pelo fato de o evento ser um dos mais antigos na área. Finalizando a análise das referências utilizadas na elaboração dos 45 artigos, apresenta-se a quantidade de teses e dissertações empregadas e também a IES a que pertencem.

As teses e dissertações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) foram as mais consultadas, 95,0%. Isso pode ser explicado pela existência do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (mestrado e doutorado) consolidado na instituição, no qual o tema CI é bastante discutido.

4.2 Mapeamento

a) Definições Constitutivas

Dos 45 artigos analisados, 12 apresentaram definições constitutivas de CI. O Quadro 1 demonstra os conceitos construídos pelos autores, compilados conforme as características em comum, de acordo com a classificação na Vertente da Contabilidade Financeira.

DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS DE CI	
CONTABILIDADE FINANCEIRA	AUTORES
<i>Conceito 1</i> - O ativo intangível é aquele que não se pode tocar, pois não tem corpo (incorpóreos, ou seja, não possui existência física). São exemplos tradicionais de ativos intangíveis: marcas de produtos, franquias, gastos em pesquisa, fundo de comércio e direitos autorais.	(FERREIRA, 2004; BASTOS; PEREIRA; TOSTES, 2006; CUNHA, 2006; GALVÃO; COSENZA, 2007)
<i>Conceito 2</i> - O conceito de Capital Intelectual compreende o aspecto de sua formação, captura e absorção pela empresa, de forma a produzir um ativo de alto valor.	(BRITO <i>et al.</i> , 2005)
<i>Conceito 3</i> - A definição de Capital Intelectual compreende um entendimento sobre a própria natureza dos ativos intangíveis e de como eles criam/agregam valor para a organização.	(ALMEIDA; EL HAJJ, 1997; ANTUNES; MARTINS, 2002; BACKES; OTT; WIETHAEUPER, 2005; CARVALHO; ENSSLIN, 2006; ANTONIO <i>et al.</i> , 2007)
<i>Conceito 4</i> - Capital Intelectual é um termo usado para descrever organizações do conhecimento que usam seus Ativos Intangíveis (AI) como recursos para conseguir vantagens competitivas.	(ANTUNES; LEITE; GUERRA, 2007; ANTUNES; MARTINS, 2007)

Quadro 1: Definições constitutivas de CI ou AI

Constata-se que as definições apresentadas dizem respeito, principalmente, a ativos que não possuem existência física (*Conceito 1*), de alto valor (*Conceito 2*), que agregam valor às organizações (*Conceito 3*), e trazem vantagem competitiva (*Conceito 4*). Vale ressaltar que não foi possível verificar diferenças nas conceituações elaboradas pelos pesquisadores nos artigos das perspectivas contábil e de evidenciação, já que apresentam características semelhantes.

Ao encontro das constatações deste estudo, vale mencionar, conforme Antunes e Martins (2007) e Carvalho e Ensslin (2007), que não há uma unanimidade quanto ao conceito de CI, nem mesmo em relação aos elementos que o compõem. Mais surpreendente é o fato de as definições constitutivas encontradas não estarem alinhadas aos conceitos apresentados no referencial teórico; referencial este informado por documentos oficiais da área contábil (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2007; BRASIL, 2007; MARION, IUDÍCIBUS, REIS, 2008).

b) Foco da Pesquisa

Em relação ao foco, percebe-se a predominância da *influência no desempenho econômico-financeiro*, o que pode demonstrar a preocupação dos pesquisadores em trabalhar CI/AIs como fator que agrega valor à entidade e conseqüentemente influencia o seu desempenho econômico. O reconhecimento e mensuração parecem estar também entre as preocupações dos pesquisadores.

Tabela 4: Focos das pesquisas em CI

FOCO DO CI	CONTABILIDADE FINANCEIRA	%
Influência no desempenho econômico-financeiro	15	33,3
Reconhecimento e contabilização	12	26,7
Evidenciação	9	20,0
Gerenciamento/Otimização e Mensuração	7	15,6
Influência na estrutura de capital empresarial	2	4,4

TOTAL	45	100,0
--------------	-----------	--------------

Citam-se como exemplos de focos elucidados nos estudos de Contabilidade Financeira: “goodwill e demais ativos intangíveis sob enfoque contábil e econômico” (BIANCOLINO; ARAMAGO, 2003); “evidenciação do ativo intangível dos clubes de futebol” (BASTOS; PEREIRA; TOSTES, 2006); e “o impacto da presença de ativos intangíveis não contabilizados no desempenho das empresas” (PEREZ; FAMÁ, 2006). Em decorrência do enquadramento em focos das publicações sobre CI analisadas, apresentado na Tabela 4, revela-se o caráter multidisciplinar da temática, preconizado pela teoria.

c) Tendências Predominantes

O Quadro 2 demonstra as principais tendências identificadas a partir do material discursivo referente a certas inclinações e a atenção do autor nelas concentrada. Esse procedimento foi realizado por meio da análise do conteúdo dos artigos, o que permitiu formular algumas tendências.

TENDÊNCIAS SOBRE CI	CONTABILIDADE FINANCEIRA
<i>Tendência 1</i> - Reconhecer, mensurar, contabilizar/evidenciar os ativos intangíveis, com concentração na geração de relatórios sobre estes ativos, com vistas a minimizar os efeitos de seu não-reconhecimento.	Almeida e El Hajj (1997), Carneiro e Pinho (2001), Pinto <i>et al.</i> (2002), Silva e Santos (2002), Antunes e Martins (2002), Biancolino e Aramayo (2003), Ribeiro (2003), Santos <i>et al.</i> (2003), Ferreira (2004), Schnorrenberger (2004), Rezende (2005), Bastos, Cavalcante, Caldas Neto e Andrade (2006), Pereira e Tostes (2006), Carvalho e Ensslin (2006), Cunha (2006), Cupertino e Coelho (2006), Antunes e Martins (2007), Bastos e Oliveira Filho (2007), Cavalcanti e Lima (2007), Dalmácio <i>et al.</i> (2007), Galvão e Cosenza (2007), Lemes, Carvalho e Lopes (2007) e Santos, Melo e Iudícibus (2007)
<i>Tendência 2</i> - Utilizar indicadores e índices não-financeiros, como nova abordagem de controle gerencial.	Santos, Ribeiro Filho e Melo (2004), Omaki (2005) e Barros (2007)
<i>Tendência 3</i> - Maximizar a importância e o valor do capital humano no sucesso empresarial.	Souza <i>et al.</i> (2005) e Antunes <i>et al.</i> (2006)

Quadro 2: Principais tendências identificadas

A partir das informações do Quadro 2, percebe-se que as principais tendências identificadas são: reconhecimento, contabilização e mensuração do AI; gestão do CI por meio de indicadores não-financeiros; CI como fonte de vantagem competitiva; importância do capital humano, o que evidencia que não existe novo problema na área de CI/AIs.

d) Modelos/Autores e Pronunciamentos Norteadores

Quanto aos principais modelos/atores de CI utilizados, demonstrados na Tabela 5, pode-se afirmar que Edvinsson e Malone (1997; 1998), Stewart (1997/1998) e Pronunciamentos lideram o *ranking* dos modelos norteadores dos estudos nacionais em CI, com 4 ocorrências cada um. Vale ressaltar que diversos artigos empregaram mais de um modelo norteador para desenvolver o estudo.

Tabela 5 - Modelos/atores e pronunciamentos norteadores das pesquisas em CI

MODELOS/AUTORES/PRONUNCIAMENTOS	VERTENTE	
	FINANCEIRA	%
Edvinsson e Malone (1997/1998)	4	28,6
Stewart (1997/1998)	4	28,6
Pronunciamentos FAS n° 142/01 e FAC n° 7/00 - FASB	4	28,6

Sveiby (1997/1998)	2	14,2
TOTAL	14	100,0

Destaca-se que essa constatação diverge dos resultados da pesquisa, no contexto internacional, de Carvalho e Ensslin (2006), os quais concluíram que há uma tendência em se utilizar a classificação de Sveiby (1997). Observe-se entretanto que esses modelos estão vinculados a vertente gerencial, o que sinaliza uma confusão por parte dos pesquisadores. No que se refere à utilização dos Pronunciamentos do FASB, FAS n° 142/01 e SFAC n° 7/00, esses serviram de base para quatro artigos do EnANPAD, que trataram da mensuração a valor justo (*fair value*) e da contabilização (*teste de impairment*) dos AIs.

e) *Categorias Empregadas*

A Tabela 6 identifica as categorias de CI mais empregadas nos estudos investigados. Dentre elas, destacam-se as categorias *Goodwill* (26,0%), *Capital Humano, Estrutural e de Clientes* (22,2%) e apenas *Capital Humano* com 23,8%.

Tabela 6 - Categorias de Capital Intelectual empregadas

CATEGORIAS DE CI	CONTABILIDADE	
	FINANCEIRA	%
<i>Goodwill</i>	7	33,3
Capital Humano, Estrutural e de Clientes	6	28,6
Capital Humano	5	23,8
Propriedade Intelectual	3	14,3
TOTAL	21	100,0

Percebe-se que as categorias empregadas referem-se a categorias que mesclam a Contabilidade Financeira e a Gerencial, uma vez que as categorias mais representativas são referentes a *Goodwill* e *Capital Humano, Estrutural e de Clientes*. É relevante enfatizar que nem todos os trabalhos empregaram categorias de CI para apresentar ou analisar os resultados.

f) *Tipo de Usuários para quem o CI é destinado*

A Tabela 7 objetiva evidenciar o público-alvo do CI. Nesse sentido, verificou-se que há predominância em se destinar a informação sobre CI aos usuários *externos*, demonstrando a preocupação dos pesquisadores com trabalhos voltados a questões de identificação, mensuração e evidenciação de CI no atendimento aos interesses do público, além das portas da organização.

Tabela 7 – Público-alvo nas publicações analisadas

PÚBLICO-ALVO	CONTABILIDADE FINANCEIRA	%
Usuários internos	2	4,4
Usuários externos	26	57,7
Usuários internos e externos	17	37,9
Total	45	100,0

No entanto, vale destacar que existe a preocupação em informar, tanto usuários *internos* como *externos*, evidenciando informações que beneficiem basicamente os dois tipos de usuários.

g) *Objetivos dos artigos*

No Quadro 3, é apresentado um exemplo de objetivo de cada uma das perspectivas das áreas de Contabilidade Financeira.

CONTABILIDADE FINANCEIRA

EVIDENCIAÇÃO	CONTÁBIL
Analisar as informações sobre capital intelectual evidenciadas nos relatórios de administração de companhias abertas brasileiras, divulgados com data-base de 31/12/2003 (BACKES; OTT; WIETHAEUPER, 2005).	Apresentar as principais alterações introduzidas nas normas norte-americanas, pelos pronunciamentos FAS n.142/01 e o SFAC n.7/00, em relação à mensuração de ativos intangíveis (SANTOS <i>et al.</i> , 2003).

Quadro 3 - Exemplos de objetivos das pesquisas em CI

No que concerne à perspectiva de evidenciação, destaca-se que os estudos fizeram uso, especialmente, das demonstrações financeiras e relatórios da administração publicados por empresas brasileiras. Todavia, vale mencionar outras possibilidades de pesquisas que tratam da divulgação de informações sobre CI, como a do artigo de Bastos e Oliveira Filho (2007) que verificou, por meio de um estudo empírico, a relação existente entre os modelos de CI propostos na literatura, com os informativos divulgados pelos bancos espanhóis.

Constata-se que os artigos da perspectiva contábil abordaram, principalmente, o impacto que os ativos intangíveis geram no desempenho econômico-financeiro das empresas. Cita-se como exemplo o estudo de Perez e Famá (2004), que examinou a existência de uma possível correlação entre a maior presença de ativos intangíveis e um desempenho econômico superior nas empresas, demonstrando, estatisticamente, se os ativos intangíveis podem ser responsáveis por uma maior geração de valor aos acionistas.

h) Resultados das Pesquisas Empíricas

Relacionados aos objetivos apresentados no Quadro 3, seguem os resultados das pesquisas empíricas sobre CI, conforme mostra o Quadro 4.

CONTABILIDADE FINANCEIRA	
EVIDENCIAÇÃO	CONTÁBIL
Os resultados indicam a divulgação com maior frequência da categoria capital estrutural, com destaque para a subcategoria responsabilidade social; seguida da categoria capital humano, com maior número de sentenças a subcategoria treinamento dos funcionários; e da categoria capital de clientes, com evidência para a subcategoria imagem da empresa (BACKES; OTT; WIETHAEUPER, 2005).	Constatou-se que o tratamento contábil dos intangíveis, em especial a mensuração do seu valor justo, continuará a ser um assunto significativo e controvertido. Vale ressaltar que as normas norte-americanas deram um passo significativo nesta área (SANTOS <i>et al.</i> , 2003).

Quadro 4 - Resultados relacionados a pesquisas empíricas sobre CI

De maneira geral, a partir dos resultados das pesquisas empíricas, pode-se constatar que o gerenciamento do CI é fortemente abordado nas pesquisas nacionais. No entanto, conforme concluiu o estudo de Barros, Ponte e Farias (2007), o gerenciamento dos elementos de CI pelas empresas analisadas ainda é incipiente. No que tange ao desempenho econômico-financeiro, há trabalhos que demonstram uma relação positiva entre os investimentos em AI e o desempenho financeiro (FERREIRA, 2004; PEREZ; FAMÁ, 2004; BASSO; MARTIN; RICHIERI, 2006), embora outros se contraponham a essa relação (OMAKI, 2005; ANTUNES *et al.*, 2006).

i) Resultados dos Modelos de Mensuração Propostos

Observou-se que não foram apresentados modelos de mensuração nos 45 artigos analisados, o que demonstra que os pesquisadores e órgãos reguladores ainda têm um longo caminho a percorrer sobre a mensuração e construção de propostas de modelos que atendam a essas necessidades sobre o capital intelectual nesses aspectos.

j) Limitações das Pesquisas

Quanto às limitações (Quadro 5), o estudo não revelou muita novidade, já que essas limitações são, em geral, também comuns às demais pesquisas.

LIMITAÇÕES DAS PESQUISAS EM CI	
LIMITAÇÕES	AUTORES
<i>Limitação 1</i> – Amostra - os resultados não são generalizáveis	(CARVALHO; ENSSLIN, 2006; CARVALHO; ENSSLIN; IGARASHI, 2006; BASTOS; PEREIRA; TOSTES, 2007)
<i>Limitação 2</i> - Fonte de coleta de dados	(KAYO; FAMÁ, 2004; GUERRA, 2006)
<i>Limitação 3</i> - Metodologia de análise dos dados	(CAVALCANTI; LIMA, 2007)
<i>Limitação 4</i> – Modelos, variáveis e <i>proxies</i> utilizadas	(SANTOS; RIBEIRO FILHO; MELO, 2005; ALENCAR; DALMÁCIO, 2006; DALMÁCIO <i>et al.</i> , 2007)

Quadro 5: Principais limitações apontadas nas pesquisas sobre CI

k) Recomendações para Futuras Pesquisas

Diversas sugestões foram identificadas para futuras pesquisas, conforme demonstrado no Quadro 6. Nota-se que a *Recomendação 1*, que trata da replicação das pesquisas em amostras mais amplas e em maior período de tempo, foi sugerida continuamente pelo período analisado. Já as *Recomendações 3* e *4* tratam, de maneira geral, de modelos de avaliação/mensuração, por exemplo, a utilização da metodologia multicritério.

RECOMENDAÇÕES	VERTENTE FINANCEIRA
<i>Recomendação 1</i> - Sejam realizados trabalhos em que se aumentem a amostra e o período analisado. Além disso, sugere-se replicar os estudos em outros setores da economia, testar os diversos bens geradores de ativos intangíveis e aplicar questionários.	Cupertino e Coelho (2006)
<i>Recomendação 2</i> - Realizar estudos comparativos e detalhados com empresas que trabalham basicamente com suas marcas e propriedade intelectual.	Silva e Santos (2002)
<i>Recomendação 3</i> - Faz-se necessário realizar pesquisas em empresas de grande porte, com atividades variadas em diversas regiões para apurar Capital Intelectual e sua mensuração. Recomendam-se também estudos envolvendo a harmonização das normas internacionais de Capital Intelectual, estudos com abordagens quantitativas, focando corretoras de valores, fusões e aquisições.	Santos et al (2003), Bastos, Pereira e Tostes (2006), Bastos, Pereira e Tostes (2007), Lemos, Carvalho e Lopes (2007), Antunes, Leite e Guerra (2007), Ferreira (2004), Galvão e Consenza (2007), Schmidt et al (2005) e Antunes et al (2006)
<i>Recomendação 4</i> - Aplicação de metodologia multicritério e modelos conceituais de remuneração variável.	Basso, Martin e Richieri (2006), Dasilva, Gomes e Bilich (2006), Rocha e Arruda (2005) e Silva, Bilich e Gomes (2002)

Quadro 6: Principais recomendações para futuras pesquisas sobre CI

Verifica-se, aqui, novamente, a presença da influência da vertente gerencial nos estudos da financeira; uma vez que apenas uma parte dos estudos que enquadram-se na *Recomendação 3* estão sugerindo recomendações sob o foco financeiro (Recomendam-se também estudos envolvendo a harmonização das normas internacionais de Capital Intelectual, estudos com abordagens quantitativas, focando corretoras de valores, fusões e aquisições).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou apresentar um panorama da pesquisa na área de CI/AIs no contexto brasileiro, no período de 1994 a 2007. A população deste estudo consiste nos artigos científicos publicados em periódicos nacionais e eventos científicos das áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Foram identificados 130 artigos sobre CI/AIs, e destes trabalhou-se com uma amostra de 45 trabalhos (classificados na vertente contábil financeira).

Inicialmente constatou-se que, durante o período analisado, houve uma evolução na quantidade de publicações, atingindo, em 2007, um total de 12 artigos. Isso demonstra a preocupação dos estudos em apresentar propostas quanto ao tratamento contábil-financeiro do CI/AIs.

As principais constatações do estudo bibliométrico são: os estudos sobre CI são predominantemente *exploratórios, práticos, qualitativos* e utilizam-se principalmente de fontes *secundárias*. Isso revela pontos positivos em relação a estudos de ordem prática, porém a superficialidade desses estudos demonstrada pelo não-emprego de ferramentas estatísticas pode segurar um pouco o avanço nas pesquisas e proposição de modelos. Tal fato pode ser mais bem visualizado uma vez que, dos 45 trabalhos analisados, sendo destes 31 de ordem prática, nenhum deles apresentou modelos ou resultados da utilização de modelos quanto à mensuração e aos tratamentos contábeis de CI.

Em relação ao mapeamento, foi possível identificar: 12 definições constitutivas de CI elaboradas pelos autores dos artigos; o principal foco das pesquisas é a influência do CI no desempenho econômico-financeiro da empresa, o modelo mais utilizado pelos estudos é o de Edvinsson e Malone (1997/1998); as categorias com maior evidenciação é a de *goodwill* e *capital humano, estrutural e de clientes* e pesquisas voltadas para atendimento ao usuário externo. Nesse sentido, observam-se ainda dificuldades na definição de CI, motivo que deve influenciar o emprego de categorias já que as mais relevantes foram *goodwill* e *capital humano, estrutural e de clientes*, ou seja, existe aí uma confusão na linha divisória entre contabilidade com foco na vertente financeira e na vertente gerencial.

Destaca-se ainda, em relação ao mapeamento das pesquisas, o fato de os focos identificados estarem relacionados às perspectivas apresentadas por Marr (2005), o que indica uma semelhança entre as indagações dos pesquisadores brasileiros e internacionais. É relevante destacar que a partir da averiguação dos objetivos e resultados das pesquisas, confirmou-se o caráter multidisciplinar dos estudos de CI. Todavia ressalta-se que existe dificuldade em se estabelecer a afiliação teórica dos estudos de CI, uma vez que, com a análise de conteúdo dos artigos, percebe-se confusão no que diz respeito a afiliação teórica e definição constitutivas que informa as pesquisas na Contabilidade Financeira da Gerencial. Neste contexto recomendam-se pesquisas, similares a esta, que sistematizem o pensamento dos pesquisadores brasileiros apresentando, claramente, o escopo da pesquisa contábil financeira e o escopo da pesquisa contábil gerencial, no que tange, principalmente, a definição constitutiva, a forma de evidenciação e mensuração e a mecanismos de gestão.

REFERÊNCIAS

- ALAVI, M.; CARLSON, P. **A review on MIS research and disciplinary development.** *Journal of Management Systems.* Spring, v. 8, n. 4, p. 45-62, 1992.
- ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. **Capital intelectual: seu entendimento e seus impactos no desempenho de grandes empresas brasileiras.** *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos.* v. 4, n.1, jan./abril 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1976.
- BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2007.
- EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos.** São Paulo: Makron Books, 1998.

ENSSLIN, S. R.; CARVALHO, F.N. Voluntary disclosure of intellectual capital in the Brazilian context: an investigation informed by the international context. *Int. J. Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, v. 4, n. 4/5, p. 478-500. 2007.

GALLON, A. V.; NASCIMENTO, S.; ENSSLIN, S. R.; REINA, D. **Estudo Epistemológico da Produção Científica sobre as Perspectivas Contábil e Econômica do Capital Intelectual Realizada no Brasil**. In: ENANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008a. CD-ROM.

GALLON, A. V.; SOUZA, F. C. de ; ROVER, S.; ENSSLIN, S. R. **Um estudo reflexivo da produção científica em capital intelectual**. *Revista de Administração da Mackenzie*, 2008b.

HOOG, W. A. Z.. *Fundo de Comércio Goodwill em: apuração de haveres, balanço patrimonial, dano emergente, lucro cessante, locação não residencial*. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

IAS 38. Disponível em < http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/C8670475-BA40-49A1-9371-C1B5FCEE6198/0/PTSummary_IAS38_pretranslation_LA.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2008.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.. *Introdução à Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBECKE, E. R. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades – suplemento*. São Paulo, Atlas S.A, 2008.

LEAL, R. P. C.; OLIVEIRA, J.; SOLURI, A.F. Perfil da pesquisa em finanças no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 91-104, jan./mar. 2003.

MARION, J.C.; IUDÍCIBUS, S.de; REIS, A. Considerações Sobre as Mudanças nas Demonstrações Financeiras – Lei 11.638/07. Disponível em: <http://www.marion.pro.br/portal/modules/wfdownloads>. Acesso em 23/05/2008.

MARR, B. *Perspectives on intellectual capital: multidisciplinary insights into management, measurement, and reporting*. Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

MEIRELLES, F. S.; HOPPEN, N. **Sistemas de informação: a pesquisa científica brasileira entre 1990 e 2003**. *Revista de Administração de empresas – FGV*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 338-347, p. 24-35, jan./mar. 2005.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. **Características Estratégicas dos Ativos Intangíveis e o Desempenho Econômico da Empresa**. In: ENANPAD, 28., 2004, Curitiba. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. CD-ROM.

SÁ, A. L. de. *Fundo de Comércio – Avaliação de Capital e Ativo Intangível: doutrina e prática*. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

SCHIMDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. *Avaliação de Ativos Intangíveis*. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, José Luiz dos.; SCHMIDT, Paulo, FERNANDES, Luciane Alves, MACHADO, Nilson Perinazzo. *Teoria da Contabilidade*. Editora Atlas. 2007.

SFAS 141/142. Disponível em < <http://www.intangiblebusiness.com/Brand-services/Financial-services/SFAS-141142~89.html>>. Acesso em: 03 de agosto de 2008.

STEWART, T. A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 3 ed. RJ: Campus, 1998.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Temática contábil e balanços: o capital intelectual integra o goodwill. 4 ed. São Paulo: IOB, 2008. (Coleção de Manual de procedimentos).

TRIPOLD, T.; FELLIN, P.; MEYER, H.J. **Análise da pesquisa social: Diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

VANTI, N. A. P. **Da bibliometria à webmetria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 369-379, maio/ago. 2002.